

**ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE
RESPONSABILIDADE Nº 017/2026**

À
SINNC SOLUÇÕES LTDA.
CNPJ: 13.809.328/0001-03

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 015/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2025

CONSIDERANDO o objeto do contrato em epígrafe, tal seja, a contratação de empresa para fornecimento de software integrado de gestão de serviços de saúde com manutenção mensal, implantação, conversão e migração de dados legados, customização do sistema para adequar a necessidades fáticas operacionais do Consórcio, testes, suporte técnico operacional, treinamento, atualizações de versão que garantam as alterações corretivas evolutivas e as que vierem ser exigidas pela legislação (municipal, estadual, federal), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS (...);

CONSIDERANDO que a natureza do objeto contratado impõe à contratada obrigação contínua de garantir a estabilidade, desempenho e confiabilidade do sistema, especialmente por se tratar de ferramenta essencial à execução de serviços públicos de saúde, impactando diretamente rotinas de faturamento, regulação, auditoria, agendamento e controle assistencial;

CONSIDERANDO que, nos termos do contrato firmado, a contratada assume responsabilidade pela adequada prestação do serviço, devendo assegurar níveis mínimos de desempenho, disponibilidade e suporte técnico eficiente;

CONSIDERANDO os reiterados apontamentos técnicos emitidos pelo Setor de Tecnologia da Informação, os quais evidenciam falhas sistêmicas persistentes, baixa performance, inconsistências de dados e ausência de resolutividade adequada dos chamados técnicos;

I - DOS FATOS

Em 09 de janeiro de 2026, o Setor de Tecnologia da Informação do CONIMS encaminhou comunicação ao Setor de Fiscalização de Contratos, apresentando relatório acerca de latência excessiva no sistema IDS Saúde.

O referido relatório apontou problemas no acesso aos dados da base, com acentuada lentidão no processamento das informações, situação que compromete o cumprimento de prazos e obrigações contratuais assumidas pelo Consórcio. Consta, ainda, a relação de chamados abertos para tratamento da demanda, dentre os quais se destacam:

- **Ticket nº 57243 (11/12/2025):** abertura de chamado em razão da impossibilidade de impressão de relatórios, tendo a equipe técnica identificado

gargalo de recursos ocasionado por processos que consumiram integralmente a capacidade do servidor, gerando atraso na sincronização das informações;

- **Ticket nº 57721 (19/12/2025):** acionamento do suporte em razão da indisponibilidade de dados no momento do fechamento do faturamento dos prestadores, com registro de elevada latência, situação que permaneceu inalterada até a data de emissão do relatório, mesmo após o retorno do recesso em 05/01/2026.

Diante desse cenário, o Setor de Fiscalização de Contratos expediu, ainda em 09 de janeiro de 2026, a Notificação nº 002/2026, relatando os problemas identificados e concedendo o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação de plano de contingência, com a devida identificação das causas da latência e das medidas corretivas imediatas.

Em resposta, na data de 12 de janeiro de 2026, a empresa SINNC encaminhou o Ofício nº 02/2026, informando que a latência estava relacionada ao processamento de relatórios via réplica do banco de dados. Como medida emergencial, implementou redirecionamento da emissão de relatórios diretamente para o banco de produção, eliminando a passagem pela réplica e, conseqüentemente, reduzindo a lentidão. Na oportunidade, apresentou questionamentos técnicos visando subsidiar solução definitiva.

Todavia, a solução apresentada foi considerada inadequada pelo setor competente do CONIMS, por gerar dependência técnica, exigindo ajustes manuais a cada atualização do sistema.

Na sequência, em 14 de janeiro de 2026, o Setor de Tecnologia da Informação encaminhou o Memorando nº 011/2026, no qual relatou ineficiência técnica da contratada SINNC, especialmente quanto à ausência de resolutividade efetiva das demandas. O documento apontou queda na qualidade do suporte, atrasos excessivos, interrupções nas tratativas e ausência de retorno formal, mesmo diante da criticidade dos chamados.

Foram destacadas pendências relevantes, dentre elas:

- **Ticket nº 48759:** falha na segurança do faturamento, permitindo alterações em registros já concluídos;
- **Ticket nº 56502:** alteração no método de impressão de relatórios, impactando negativamente o fluxo do setor de compras;
- **Ticket nº 52673:** condicionamento da execução de adequações às normativas do SUS à aprovação de orçamento adicional, apesar de se tratar de obrigação contratual.

Também foi apontada ausência de evolução técnica em diversos chamados, com demora injustificada na solução.

Em razão disso, foi expedida a Notificação nº 003/2026, em 16 de janeiro de 2026, reiterando a necessidade de adoção de providências e solicitação de novo plano de contingência.

A empresa SINNC, por meio do Ofício nº 005/2026, de 21 de janeiro de 2026, apresentou manifestação individualizada sobre os tickets, alegando que as demandas estavam sendo tratadas com prioridade, embora algumas exigissem maior prazo em razão da complexidade técnica. Sustentou, ainda, inexistência de descumprimento contratual, sob o argumento de que não houve interrupção dos serviços, indisponibilidade total do sistema ou falha estrutural permanente.

Em 03 de fevereiro de 2026, foi realizada reunião entre representantes do CONIMS e da empresa SINNC, tendo como pauta a análise das inconsistências do sistema, especialmente após a implementação do módulo CAR.

Na ocasião, foram relatados problemas relevantes, tais como:

- falhas na compilação de requisições de compras, com exclusões aleatórias, impactando cerca de R\$ 1,5 milhão, ocasião em que houve retrabalho por parte da administração para sanar a irregularidade, gerando atrasos nas entregas de produtos e medicamentos;
- erros em agendamentos, possivelmente relacionados à migração da base de dados;
- restrição de acesso à base de dados em razão de alterações societárias da empresa IDS;
- falhas recorrentes no sistema, com histórico de soluções paliativas;
- inconsistências graves no faturamento, com possibilidade de alteração de registros já consolidados;
- duplicidade de consultas, falhas no módulo MAC, "aprisionamento" de atendimentos e instabilidades frequentes.

Embora parte das demandas tenha sido tratada como melhoria pela empresa IDS, algumas falhas foram reconhecidas tecnicamente como sistêmicas. A empresa SINNC comprometeu-se a custear a correção de parte dos problemas.

Persistiram, contudo, preocupações quanto à confiabilidade dos dados, especialmente pela ausência de mecanismos de bloqueio de informações já consolidadas.

Em 26 de fevereiro de 2026, o Setor de Tecnologia da Informação encaminhou o Memorando nº 003/2026, relatando a continuidade das instabilidades no sistema, inclusive em funcionalidades básicas, como emissão de relatórios. Foram registradas ocorrências reiteradas em diversas datas, evidenciando a persistência dos problemas.

Destacaram-se, ainda, chamados relacionados a falhas em relatórios de agendamento, inconsistências em dados de compras e impacto direto nas rotinas operacionais do Consórcio. Embora algumas soluções pontuais tenham sido apresentadas, novas demandas continuaram sendo registradas.

Por fim, em 13 de março de 2026, foi emitido o Memorando nº 05/2026, consolidando as inconsistências identificadas e evidenciando que as falhas do sistema

impactam diretamente o faturamento, a emissão de relatórios, a gestão administrativa e o atendimento aos pacientes.

O documento reforça a persistência das instabilidades, a ausência de solução definitiva para diversos chamados e a existência de divergências quanto à classificação das demandas (falha técnica x melhoria).

Conclui-se que as medidas adotadas até o momento não foram suficientes para restabelecer a estabilidade e a confiabilidade do sistema, sendo apontada a inviabilidade de manutenção das atividades nas condições atuais, diante dos prejuízos operacionais e riscos administrativos envolvidos.

Diante disso, o relatório foi encaminhado ao Setor de Notificação de Contratos para análise e adoção das providências cabíveis, visando assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e a regularização das falhas identificadas.

II – DOS INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES

A análise conjunta dos documentos constantes nos autos, em especial do Relatório Técnico encaminhado por meio do Memorando nº 05/2026 do Setor de Tecnologia da Informação, evidencia, em juízo preliminar, a existência de indícios consistentes de descumprimento contratual por parte da empresa contratada, caracterizado pela persistência de falhas sistêmicas, inconsistências operacionais e ausência de solução definitiva para problemas reiteradamente reportados. O referido documento aponta, de forma expressa, que as ocorrências *“impactam diretamente as rotinas operacionais do Consórcio, especialmente no que se refere aos processos de faturamento, geração de relatórios, emissão de documentos e acesso ao sistema”*, podendo ocasionar *“divergências de dados, inconsistências nos registros administrativos e prejuízos na gestão das informações assistenciais e financeiras”*, além de comprometer a confiabilidade das informações extraídas do sistema.

Da instabilidade do sistema e baixa performance

Conforme apontado no Relatório Técnico encaminhado pelo Setor de Tecnologia da Informação verifica-se que as falhas não se limitam a aspectos pontuais de desempenho, mas revelam quadro de **instabilidade sistêmica**, uma vez que o sistema apresenta recorrentes episódios de indisponibilidade ou instabilidade, inclusive em funcionalidades básicas, como a emissão de relatórios. Ademais, restou consignado que, mesmo após notificações formais e reuniões técnicas, as inconsistências permanecem sem solução definitiva, o que evidencia a insuficiência das medidas adotadas pela contratada e reforça o caráter continuado da irregularidade.

Informa-se que o sistema IDS Saúde, ferramenta indispensável para a gestão dos serviços de saúde fornecidos e tomados por este Consórcio, rotineiramente fica indisponível ou instável em processos básicos, como a emissão de relatórios.

Desde o relato, em 09 de janeiro de 2026, foram necessárias intervenções pelos mesmos motivos relatados em 7 datas distintas: 09/01/2026, 26/01/2026, 02/02/2026, 03/02/2026, 09/02/2026, 10/02/2026 e 26/02/2026. Anexo a este seguem os chamados (tickets) abertos e relatando as situações.

Existe previsão expressa no contrato firmado, sobre a estabilidade desejada por parte do sistema, onde, deve operar sem risco de travamento, ou indisponibilidade, uma vez que o referido sistema é ferramenta essencial para o desempenho das atividades do Consórcio.

2.7.6. *Deve ser um sistema multiusuário, com controle de execução de atividades básicas integradas on-line, sem riscos de travamento, corrupção de dados ou obtenção de informações erradas.*

O documento técnico destaca que tais ocorrências impactam diretamente a execução de rotinas operacionais, indicando, em tese, falha na garantia de desempenho mínimo esperado do sistema, evidenciando possível descumprimento das obrigações contratuais relativas à estabilidade e funcionamento adequado da solução tecnológica.

Da ausência de resolutividade dos chamados técnicos

Os elementos constantes nos autos evidenciam que os chamados técnicos abertos junto à contratada não vêm sendo solucionados de forma definitiva, sendo recorrente a reabertura de demandas para tratar das mesmas falhas, o que demonstra, em juízo preliminar, a ineficiência das medidas adotadas. Conforme relatado pelo Setor de Tecnologia da Informação, verificam-se práticas como encerramento prematuro de tickets sem a devida validação técnica, ausência de retorno conclusivo, demora injustificada no atendimento e falhas na comunicação entre a contratada e a equipe técnica do CONIMS.

- **TICKET 50199 – INCONSISTÊNCIA DE DADOS - PERSISTE**

Ticket encerrado pela contratada sem a devida resolução. O relatório de recepção continua exibindo atendimentos não realizados como se estivessem faturados, gerando inconsistências graves nos registros.

A ausência de resolução definitiva das falhas implica a manutenção contínua de problemas no sistema, gerando retrabalho, aumento da carga operacional interna e insegurança quanto à estabilidade da plataforma.

Ademais, a recorrência de chamados para tratar de problemas já anteriormente reportados evidencia que as intervenções realizadas não atacam a causa raiz das falhas, limitando-se, em tese, a soluções paliativas. Essa conduta compromete diretamente a eficiência do serviço contratado e reforça o indicativo de descumprimento das obrigações relativas ao suporte técnico adequado e eficaz.

Do descumprimento dos níveis de serviço (SLA)

A análise do conjunto probatório permite inferir, em juízo preliminar, que a contratada não vem observando os níveis de acordo de serviço (SLA) inerentes ao objeto contratado, especialmente no que se refere aos prazos de atendimento, tempo de resposta, resolução de incidentes e disponibilidade do sistema.

A persistência de falhas críticas, associada à demora na sua resolução e à ausência de medidas eficazes para restabelecimento da normalidade do sistema, evidencia possível violação aos parâmetros mínimos de desempenho que se esperam de soluções tecnológicas dessa natureza. A inobservância de tais níveis compromete a previsibilidade do serviço e impede que a Administração tenha segurança quanto à continuidade das operações.

Sob a perspectiva jurídica, tal conduta amolda-se, em tese, ao disposto no artigo 155, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê como infração administrativa dar causa à inexecução parcial do contrato, hipótese que se configura quando o serviço é prestado de forma inadequada ou insuficiente em relação às condições pactuadas.

Ademais o instrumento contratual traz cláusulas que versam sobre a classificação das prioridades dos chamados.

2.28.8. *A classificação das Prioridades de Acordos de Níveis de Serviços (SLA):*

2.28.8.1. *Prioridade Crítica: Trata-se de interrupção de serviços essenciais, ou seja, parada total do sistema, com a interrupção da utilização dos serviços. Prazo para início do atendimento: imediato.*

2.28.9. *Sistema inoperante.*

2.28.9.1. *Impossibilidade de atendimento médico, envolvendo as especialidades.*

2.28.9.2. *Impossibilidade de realizar os agendamentos de consultas e exames especializados integrado com o CONIMS.*

2.28.9.3. *Prioridade Baixa: Trata-se de interrupção, defeito ou comportamento irregular, dúvidas referentes a serviços, que afetam o trabalho de um operador, mas que possuem contingência, bem como solicitações de melhorias nos serviços. Ou seja, significa que o defeito não impede o fluxo normal da execução da atividade ou processo, não geram prejuízos para a execução da funcionalidade. Aqui se enquadram a maioria dos chamados, principalmente os classificados como "correção", ou seja, destinada a problemas no sistema, na usabilidade, etc. Prazo para início atendimento...: 16 horas comerciais. Prazo para solução atendimento: 96 horas*

comerciais. Exemplos práticos: - Relatórios que trazem informações divergentes.

2.28.9.4. Prioridade Programada: Tratam-se de inovações, implementações ou melhorias não previstas no contrato, como Termos de Ajustes de Condutas solicitadas pelo Ministério Público. Prazos: conforme programação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Ressalta-se que, todos os chamados possuem um prazo para conclusão, conforme pode ser observado no instrumento contratual.

CONIMS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE		
PRIORIDADE	Prazo para início de atendimento	Prazo para Conclusão
Crítica	Imediato	02 (duas) horas
Baixa	16 (dezesesseis) horas comerciais	96 (noventa e seis) horas comerciais
Programada	Conforme acordo entre as partes	

Neste contexto, o relatório traz vários tickets considerados críticos, os quais permanecem sem solução definitiva.

• **TICKET 48759 – SEGURANÇA DO FATURAMENTO – PERSISTE**

O sistema permite a alteração de laudos e registros de faturamento já concluídos, por meio da tela de laudos, configurando grave vulnerabilidade de segurança.

Tal falha expõe o CONIMS a riscos relevantes quanto à integridade financeira, rastreabilidade das informações, auditoria, controle interno e conformidade normativa, inclusive perante órgãos de controle.

Ressalta-se que a situação já havia sido reportada anteriormente, tendo sido reaberto novo ticket em 03/06/2025, com solicitação expressa de bloqueio definitivo de laudos cujo faturamento já tenha sido finalizado.

Último retorno da contratada: 22/12/2025.

Status: Problema persiste, sem solução definitiva.

• **TICKET 56905 – CONIMS – IMPORTAÇÃO DE PROCESSOS – PERSISTE**

Solicitada a implementação de uma rotina de importação de insumos/processos, a partir de arquivo .xls, por meio de importador desenvolvido pela contratada.

Embora tenha sido informada a existência da funcionalidade, não houve validação funcional efetiva, tampouco comprovação de que a importação atende integralmente às necessidades operacionais e de controle do CONIMS. Uma vez que a importação com os itens inativos. Sendo necessário a ativação manual.

Última atualização: 03/12/2025

Status: Implementação não validada / pendente de conclusão.

Ademais, cumpre ressaltar que, em diversos chamados analisados, verifica-se que as respostas encaminhadas pela contratada consistem, em sua essência, na mera reprodução das manifestações emitidas pela empresa desenvolvedora do sistema. Em outras palavras, observa-se um fluxo intermediado em que o CONIMS registra a demanda junto à SINNC, que, por sua vez, a repassa à IDS, limitando-se posteriormente a retransmitir a resposta recebida, sem qualquer análise técnica crítica, validação ou adequação ao contexto específico da solicitação originária.

Tal prática evidencia não apenas a ausência de atuação técnica efetiva por parte da contratada, mas também a deficiência no tratamento das demandas, uma vez que as respostas encaminhadas, em diversas ocasiões, mostram-se desconexas ou insuficientes em relação aos questionamentos formulados pelos empregados públicos. A simples reprodução de conteúdo, sem o devido esforço interpretativo e resolutivo, compromete a qualidade do suporte prestado e reforça o indicativo de incapacidade operacional da contratada em atender, de forma autônoma e eficaz, às necessidades do CONIMS.

Das inconsistências operacionais e integridade dos dados

O Relatório Técnico evidencia a existência de múltiplas inconsistências operacionais no sistema, especialmente no que se refere a divergências entre dados apresentados em relatórios e aqueles efetivamente registrados ou faturados, bem como falhas na vinculação de informações e registros indevidos.

• **TICKET 50199 – INCONSISTÊNCIA DE DADOS - PERSISTE**

Ticket encerrado pela contratada sem a devida resolução. O relatório de recepção continua exibindo atendimentos não realizados como se estivessem faturados, gerando inconsistências graves nos registros.

Tais inconsistências não se limitam a erros pontuais, mas revelam fragilidade na integridade dos dados processados pelo sistema, o que compromete a confiabilidade das informações utilizadas para tomada de decisão, controle administrativo e execução financeira. Destacam-se, nesse contexto, divergências em dados de faturamento, inclusão indevida de procedimentos, ausência de correspondência entre registros e relatórios, bem como falhas na estruturação de informações essenciais.

A gravidade dessas inconsistências reside no fato de que o sistema contratado tem como uma de suas finalidades principais garantir a correta gestão das informações assistenciais e financeiras, sendo inadmissível, em tese, que apresente falhas que comprometam a veracidade e consistência dos dados.

Sob esse aspecto, a conduta da contratada pode caracterizar, em tese, inexecução parcial do contrato, na medida em que o sistema não cumpre adequadamente sua função essencial, gerando riscos operacionais, financeiros e administrativos à Administração.

Do descumprimento de obrigações relativas a melhorias legais

Conforme relatado pelo Setor de Tecnologia da Informação, foi identificado o Ticket nº 52637, referente à implementação de funcionalidade relacionada à priorização de usuários na triagem, em conformidade com a legislação vigente.

• TICKET 52673 - PRIORIZAÇÃO DE USUÁRIOS NA TRIAGEM – PERSISTE

Status: Paralisado desde 15/10/2025 (atraso crítico). Situação: A fornecedora condicionou a execução da demanda à aprovação de orçamento adicional (Ordem de Serviço). Análise Técnica: A solicitação refere-se estritamente ao cumprimento de normativas de priorização estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e legislação vigente (ex: Estatuto do Idoso, Prioridades por Lei).

O CONIMS rejeita a cobrança, entendendo que a adequação do sistema às normas federais de saúde trata-se de obrigação contratual de manutenção corretiva e legal, e não de melhoria evolutiva. Um software de gestão pública de saúde que não permite a correta priorização de pacientes é, por definição, um software em desconformidade.

No caso em análise, verifica-se que a contratada condicionou a implementação da referida funcionalidade à aprovação de orçamento adicional, o que, em tese, configura indevida transferência de ônus à Administração para atendimento de obrigação legal já incorporada ao escopo contratual. Tal conduta revela-se incompatível com a natureza do serviço contratado, especialmente considerando que a adequação do sistema às exigências normativas não constitui faculdade da contratada, mas sim dever inerente à própria execução do objeto.

Importa destacar que o contrato prevê expressamente, em seu item 2.28.6.1.5, que as melhorias decorrentes de exigências legais devem ser implementadas sem ônus adicional à Administração.

2.28.6.1.5. Melhoria Legal: Novas funcionalidades que atendam às exigências que regem a requeridas pelo Ministério Público (Termos de Ajuste de Conduta - TACs) e pelo governo através do e-Social, respeitando os prazos estabelecidos na legislação não comprometendo eventuais repasses de recursos. Neste caso, não há faturamento para com o cliente solicitante.

Dessa forma, ao condicionar a implementação de funcionalidade necessária ao cumprimento de norma legal à cobrança adicional, a contratada, em tese, incorre em descumprimento direto de cláusula contratual específica, além de comprometer a conformidade do sistema com a legislação vigente. Tal prática, além de contrariar o pacto firmado, possui potencial de impactar negativamente a execução do serviço público, na medida em que impede ou retarda a adequação do sistema às exigências legais obrigatórias.

Situação semelhante ocorre quanto à falha apresentada no momento de emissão da fatura, que, conforme registrado na ata da reunião de 03 de fevereiro de 2026, o funcionário da SINNC sr. Emerson reconheceu tratar-se de uma falha no sistema, todavia, a situação tem sido tratada como melhoria pela empresa, onde qualquer alteração se daria mediante pagamento por parte do CONIMS.

Diante disso, resta evidenciado que a conduta da contratada, ao não promover de forma espontânea e tempestiva as adequações legais exigidas, incorrendo ao mesmo problema mais de uma vez, constitui elemento adicional que reforça o conjunto de indícios de irregularidades na execução contratual, justificando a apuração aprofundada no âmbito do presente Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade.

Da inexecução parcial do contrato

Diante desse cenário, observa-se que a conduta da contratada, em tese, se amolda às hipóteses previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere a dar causa à inexecução parcial do contrato, uma vez que a persistência das falhas compromete a entrega adequada do serviço contratado.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

Ademais, a ausência de solução definitiva, mesmo após reiteradas notificações, indica possível descumprimento continuado das obrigações assumidas.

Por fim, cumpre destacar que o próprio relatório técnico conclui que “não é possível manter a continuidade das atividades nas condições atualmente apresentadas”, em razão dos prejuízos operacionais e riscos administrativos decorrentes das inconsistências identificadas. Tal afirmação evidencia, de forma inequívoca, o impacto direto das falhas na prestação do serviço público, reforçando a necessidade de apuração aprofundada dos fatos e eventual responsabilização da contratada.

III – DA MEDIDA CAUTELAR

Cumpre destacar, ainda, elemento de especial relevância apurado no curso das tratativas técnicas, qual seja, a existência de aparente fragilidade estrutural na cadeia de atendimento e resolução de demandas envolvendo o sistema IDS Saúde, decorrente da relação operacional estabelecida entre a empresa contratada SINNC SOLUÇÕES LTDA e a empresa desenvolvedora do sistema, IDS Desenvolvimento de Software.

Conforme consignado em reunião técnica realizada no âmbito deste Consórcio, restou evidenciado que a empresa SINNC não detém acesso irrestrito à base de dados do sistema, circunstância que impõe a necessidade de intermediação junto à desenvolvedora para tratamento de determinadas demandas. Tal limitação operacional, por sua natureza, introduz entraves adicionais no fluxo de atendimento, ocasionando maior morosidade na análise, correção e validação de falhas, o que compromete significativamente a tempestividade e a efetividade das soluções apresentadas.

Essa dinâmica evidencia, em juízo preliminar, que a contratada não detém plena autonomia técnica para resolução integral dos problemas inerentes ao sistema, o que se mostra incompatível com as obrigações assumidas no âmbito do Contrato nº 016/2025, especialmente no que se refere à prestação de suporte técnico eficiente, contínuo e resolutivo. A dependência de terceiro para execução de atividades essenciais ao cumprimento do objeto contratual fragiliza a execução do serviço e compromete a responsabilidade direta da contratada perante a Administração.

Tal constatação assume contornos ainda mais graves quando analisada à luz da justificativa que fundamentou a contratação por inexigibilidade de licitação, no âmbito do Processo nº 015/2025. Conforme amplamente demonstrado à época, a escolha da solução tecnológica vinculada ao sistema IDS Saúde decorreu da singularidade das necessidades do CONIMS, da elevada complexidade de seus fluxos operacionais e da comprovada dependência institucional em relação à referida plataforma, considerada tecnicamente como a única apta a atender, de forma adequada, ao interesse público envolvido.

Nesse contexto, restou expressamente reconhecido que o funcionamento do CONIMS se encontra intrinsecamente vinculado à estabilidade, integridade e plena operacionalidade do sistema IDS, sendo imprescindível que a empresa contratada detenha domínio técnico suficiente para assegurar sua manutenção, evolução e adequado funcionamento, sem dependências que comprometam a agilidade e a eficácia do atendimento.

A realidade verificada, contudo, demonstra cenário diametralmente oposto ao pressuposto que fundamentou a contratação, na medida em que a empresa SINNC, ao não

possuir acesso pleno à estrutura do sistema, tampouco autonomia técnica para resolução das demandas, revela limitação incompatível com a natureza crítica do objeto contratado. Tal circunstância, aliada à já comprovada persistência de falhas e à ausência de soluções definitivas, potencializa o risco de agravamento das inconsistências e amplia a vulnerabilidade operacional do CONIMS.

Importa destacar que o histórico recente do Consórcio evidencia a elevada criticidade desse tipo de situação, tendo em vista que tentativa anterior de substituição do sistema resultou em inexecução contratual, incapacidade de migração de dados e comprometimento das atividades institucionais, culminando na rescisão contratual e na necessidade de adoção de medidas emergenciais para evitar a paralisação dos serviços. Tal precedente reforça a necessidade de atuação preventiva e cautelosa diante de qualquer cenário que possa comprometer a continuidade e a estabilidade da solução atualmente utilizada.

Diante desse contexto, a manutenção da prestação dos serviços nas condições atualmente verificadas, marcadas por instabilidade sistêmica, ausência de resolutividade e limitação técnica da contratada, representa risco concreto e iminente à continuidade dos serviços públicos de saúde geridos pelo CONIMS, bem como à integridade dos dados, à regularidade do faturamento e à segurança das informações.

Desta feita, mostra-se juridicamente cabível e administrativamente necessária a adoção de medida cautelar, nos termos do regulamento interno do CONIMS, notadamente conforme previsto na Resolução nº 233/2023, que autoriza a adoção de providências de natureza preventiva no curso do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, sempre que presentes elementos que indiquem risco ao interesse público.

Art. 11. *Compete à Comissão nomeada realizar a instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:*

(...)

Parágrafo Segundo. *Havendo justificativa fundada em despacho, o Presidente da Comissão poderá determinar a suspensão do Contrato, de ato ou da licitação, em caráter acautelatório, indicando o respectivo prazo da providência, do que será imediatamente intimado o Sindicado.*

Tal medida, de natureza preventiva, visa evitar o agravamento dos prejuízos já identificados, resguardar a continuidade dos serviços essenciais e garantir que eventual retomada da execução contratual ocorra em condições técnicas minimamente adequadas, não se confundindo com penalidade, mas sim com instrumento legítimo de proteção ao interesse público.

Assim, com fundamento no poder-dever de autotutela da Administração e na necessidade de resguardar a continuidade e eficiência dos serviços públicos, determina-se a **SUSPENSÃO DO CONTRATO nº 016/2026, a partir da data de 24 de abril de 2026**, podendo ser prorrogado à critério desta comissão, até ulterior decisão administrativa, ou o trânsito em julgado do presente processo. Tal prazo se faz necessário

para que o consórcio possa tomar as providências cabíveis para suprir a demanda presente na instituição.

Ressalta-se que a presente medida possui natureza estritamente preventiva e acautelatória, não se confundindo com penalidade administrativa, tendo por finalidade assegurar a adequada execução contratual e evitar o agravamento das irregularidades até a conclusão da apuração no âmbito deste processo.

IV – DA INSTAURAÇÃO

CONSIDERANDO, portanto, indícios de descumprimento do regime de execução e demais obrigações assumidas por esta empresa no âmbito do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 013/2025, e cláusulas constantes no Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2025, vem a Presidente da Comissão Processante, no uso de suas atribuições conferidas pela Res. 011/2025, e com anuência do Presidente do CONIMS, **PROMOVER** a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, com base no art. 11 da Resolução CONIMS nº 233/2023 e suas alterações;

Conceder-se-á a Contratada o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta, direito ao contraditório, oportunidade em que se poderá juntar provas a seu favor, bem como requerer a produção de outras que entender necessário, garantida a ampla defesa, sob pena de preclusão, à qual será dada a continuidade do processo independentemente de manifestação da intimada.

Toda e qualquer movimentação referente a este Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, deverá ser acompanhada por meio da Plataforma 1Doc.

Pato Branco/PR, 24 de março de 2026.

Atenciosamente,

Isabel Cristina Vazata
Presidente Comissão Processante
Res. 011/2025